

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**LETÍCIA MARIA PEREIRA**

**A MEDICINA TRADICIONAL CHINESA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS):  
REVISÃO INTEGRATIVA**

**ALFENAS/MG**

**2025**

**LETÍCIA MARIA PEREIRA**

**A MEDICINA TRADICIONAL CHINESA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS):  
REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Acupuntura Sistêmica do curso de Pós-graduação *Latu Senso*, pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Acupuntura.

Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo Lourenço da Silva.

Coorientador(a): Gabrielly Santos Pereira

**ALFENAS/MG**

**2025**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Unidade Educacional Santa Clara

Maria Pereira, Leticia.

A medicina tradicional Chinesa no Sistema de Único de Saúde (SUS)  
Revisão Integrativa / Leticia Maria Pereira. - Alfenas, MG, 2025.  
32 f. -

Orientador(a): Marcelo Lourenço da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Acupuntura) -  
Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2025.  
Bibliografia.

1. Acupuntura. 2. Medicina Tradicional Chinesa. 3. Sistema Único de  
Saúde. 4. Práticas Integrativas e Complementares. I. Lourenço da Silva,  
Marcelo , orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

**LETÍCIA MARIA PEREIRA**

**A MEDICINA TRADICIONAL CHINESA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS):  
REVISÃO INTEGRATIVA**

O (A) Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista em Acupuntura pela Universidade Federal de Alfenas. Área de Concentração: Acupuntura.

Aprovado em: 30 / 11 / 2025

Comissão examinadora:

Dr. Marcelo Lourenço da Silva

Universidade Federal de Alfenas

Assinatura

Dra. Gabrielly Santos Pereira

Universidade de São Paulo

Assinatura

## RESUMO

A acupuntura, prática terapêutica originária da Medicina Tradicional Chinesa, integra o conjunto das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) reconhecidas e ofertadas no Sistema Único de Saúde (SUS). Sua utilização tem se expandido no contexto das políticas públicas de saúde, especialmente após a implementação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Este estudo teve como objetivo analisar a produção científica nacional acerca da acupuntura e da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito do SUS, considerando aspectos temporais, geográficos e temáticos. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde, com recorte temporal entre 2007 e 2024. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 33 artigos para análise. Os resultados evidenciaram crescimento progressivo das publicações nos últimos anos, com maior concentração de estudos na região Sudeste do Brasil. Observou-se predominância de pesquisas voltadas à inserção das PICS no SUS, à percepção de profissionais e usuários e à organização dos serviços, enquanto os aspectos regulatórios e normativos da acupuntura foram menos explorados. Conclui-se que, embora haja ampliação do interesse científico sobre a temática, persistem lacunas relacionadas à distribuição regional da produção científica e à regulamentação da prática, indicando a necessidade de novos estudos que fortaleçam a consolidação da acupuntura como estratégia de cuidado no sistema público de saúde.

**Palavras-chave:** Acupuntura; Medicina Tradicional Chinesa; Sistema Único de Saúde; Práticas Integrativas e Complementares.

## **ABSTRACT**

Acupuncture, a therapeutic practice originating from Traditional Chinese Medicine, is part of the Integrative and Complementary Health Practices recognized and offered by the Brazilian Unified Health System (Sistema Único de Saúde – SUS). Its use has expanded within the context of public health policies, especially after the implementation of the National Policy on Integrative and Complementary Practices. This study aimed to analyze the national scientific production on acupuncture and Traditional Chinese Medicine within the SUS, considering temporal, geographic, and thematic aspects. This is an integrative literature review conducted in the SciELO and Virtual Health Library databases, covering the period from 2007 to 2024. After applying the inclusion and exclusion criteria, 33 articles were selected for analysis. The results showed a progressive increase in publications in recent years, with a higher concentration of studies in the Southeast region of Brazil. Most studies focused on the incorporation of integrative practices into the SUS, as well as on the perceptions of health professionals and users and service organization, while regulatory and normative aspects of acupuncture were less explored. It is concluded that although scientific interest in the topic has increased, gaps remain regarding regional distribution of research and regulation of the practice, highlighting the need for further studies to strengthen the consolidation of acupuncture as a care strategy in the public health system.

**Keywords:** Acupuncture. Traditional Chinese Medicine; Unified Health System; Integrative and Complementary Health Practices.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
1.1	OBJETIVOS.....	8
1.1.1	<b>Objetivo Geral.....</b>	<b>9</b>
1.1.2	<b>Objetivos Específicos.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>9</b>
2.1	METODOLOGIA .....	9
<b>3</b>	<b>RESULTADOS .....</b>	<b>10</b>
<b>3.1</b>	<b>Dados gerais.....</b>	<b>11</b>
3.1.1	Distribuição temporal das publicações.....	17
3.1.2	Distribuição geográfica dos estudos.....	17
3.1.3	Distribuição temática dos estudos.....	19
3.1.4	Relação entre temas e períodos de publicação .....	18
<b>4</b>	<b>DISCUSSÃO.....</b>	<b>20</b>
4.1	Regulamentação e Implementação da Acupuntura no SUS.....	20
4.2	Práticas Integrativas e Complementares e Medicina Tradicional Chinesa no SUS.....	21
4.3	Percepção de Profissionais e Usuários.....	22
4.4	Desafios Enfrentados.....	25
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>26</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>26</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Medicina Tradicional Chinesa (MTC) é um sistema terapêutico milenar que integra práticas como acupuntura, fitoterapia, dietoterapia, massoterapia e exercícios corporais (como o qì gong e o tai chi chuan), baseando-se em uma visão holística do ser humano e na busca pelo equilíbrio energético do corpo, prevenindo e tratando doenças a partir da harmonização dos fluxos de energia vital (Qi) (MOCARZEL et al, 2024, BRASIL, 2006). No Brasil, a Medicina Tradicional Chinesa se constitui como uma das Práticas Integrativas e Complementares, que são compostas por abordagens de cuidado e recursos terapêuticos que possuem um importante papel na saúde global, sendo reconhecidas e recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (BRASIL, 2017).

Estudos apontam que a estimulação de pontos específicos do corpo por meio da inserção de agulhas desencadeia respostas locais, segmentares e sistêmicas, envolvendo o sistema nervoso central e periférico, o sistema endócrino e o sistema imunológico (KUREBAYASHI et al., 2009; ZHANG et al., 2012).

Do ponto de vista neurofisiológico, a acupuntura promove a ativação de fibras nervosas aferentes, especialmente as fibras A-delta e C, que conduzem estímulos sensoriais ao sistema nervoso central. Essa ativação estimula a liberação de neurotransmissores e neuromoduladores, como endorfinas, encefalinas, serotonina, noradrenalina e dopamina, contribuindo para efeitos analgésicos, ansiolíticos e moduladores do humor (HAN, 2004; ZHAO, 2008). Esses mecanismos explicam, em parte, a ampla aplicação da acupuntura no manejo da dor crônica e de distúrbios emocionais, condições frequentemente atendidas na atenção primária à saúde.

Adicionalmente, evidências apontam que a acupuntura exerce influência sobre o eixo hipotálamo–hipófise–adrenal, modulando respostas ao estresse e promovendo equilíbrio neuroendócrino, o que contribui para a regulação de processos inflamatórios e imunológicos (KUREBAYASHI et al., 2009; CABRAL et al., 2023). Estudos de neuroimagem funcional demonstram alterações na atividade de regiões cerebrais

relacionadas à percepção da dor e à regulação emocional após a estimulação de pontos de acupuntura, reforçando sua plausibilidade biológica (HUI et al., 2010).

Sob a ótica da Medicina Tradicional Chinesa, tais respostas fisiológicas podem ser compreendidas como a restauração do fluxo harmonioso do Qi ao longo dos meridianos, promovendo o equilíbrio entre Yin e Yang e a integração funcional dos sistemas orgânicos. Dessa forma, embora partam de racionalidades médicas distintas, a MTC e a biomedicina apresentam pontos de convergência na compreensão dos efeitos terapêuticos da acupuntura, especialmente no contexto do cuidado integral preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (SILVA; TESSER, 2013).

Nesse sentido, a incorporação da acupuntura e de outras práticas da Medicina Tradicional Chinesa no SUS representa não apenas a ampliação do arsenal terapêutico disponível, mas também a valorização de abordagens que promovem o cuidado centrado no sujeito, a escuta qualificada e a corresponsabilização do usuário no processo saúde-doença, princípios alinhados às diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (BRASIL, 2006; BRASIL, 2017).

A institucionalização das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no Brasil teve como marco inicial a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, instituída pela Portaria nº 971/2006-GM/MS, contemplando quatro práticas: Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, Homeopatia, Fitoterapia e Termalismo Social/Crenoterapia. Posteriormente, a Portaria nº 849/2017-GM/MS ampliou esse rol, incorporando outras 14 modalidades, entre elas Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga. Já a Portaria nº 702/2018-GM/MS consolidou a política ao acrescentar mais 12 práticas, como Apiterapia, Aromaterapia, Constelação Familiar, Cromoterapia, Geoterapia, Hipnoterapia, Ozonioterapia e Terapia de Florais, totalizando 29 modalidades atualmente reconhecidas no SUS.

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares abrange um conjunto de diretrizes que têm por objetivo incorporar e implementar as PICS no SUS, sob a perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde,

com ênfase na Atenção Primária, na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. A partir da atuação transversal, a Política promove um olhar voltado ao cuidado continuado, humanizado e integral em saúde, ampliando conhecimentos e qualificando os profissionais envolvidos com as práticas para uma oferta segura e de qualidade aos usuários do SUS (BRASIL, 2006).

De acordo com o mais recente Relatório de Monitoramento das PICS, essas práticas devem estar inseridas de forma transversal em toda a rede de atenção à saúde, com ênfase especial na Atenção Primária, garantindo o cuidado integral ao usuário (BRASIL, 2024). Segundo dados do Relatório de Monitoramento das PICS, no ano de 2023 as PICS foram registradas em 83% dos municípios brasileiros, em 39% do total de estabelecimentos de saúde, sendo que 90% das práticas foram oferecidas na Atenção Básica (BRASIL, 2024). Entre as PICS mais utilizadas, estão as práticas integrativas que compõem a Medicina Tradicional Chinesa (como acupuntura, práticas corporais e auriculoterapia), representando 53% do total de procedimentos registrados no SUS no ano de 2023 (BRASIL, 2024).

Apesar do avanço normativo e do aumento da demanda pelas práticas integrativas e complementares em saúde, como a Medicina Tradicional Chinesa, persistem desafios relacionados à formação profissional, à regulamentação do exercício da Medicina Tradicional Chinesa e à integração efetiva dessas terapias nas rotinas de cuidado do SUS (MOCARZEL et al 2024, RUELA et al 2019).

Diante disso, torna-se relevante compreender como as práticas da Medicina Tradicional Chinesa vêm sendo abordadas na literatura científica nacional, especialmente no que se refere à sua implementação, aceitação, eficácia e limites no âmbito da saúde pública brasileira.

## 1.1 OBJETIVOS

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura sobre a inserção e o papel da Medicina Tradicional Chinesa no Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase nas políticas públicas, nas evidências científicas disponíveis, nas percepções de profissionais e usuários, bem como nos desafios para sua consolidação no modelo de atenção à saúde brasileiro.

### **1.1.1 Objetivo geral**

Analisar, por meio de revisão integrativa da literatura, a inserção, o desenvolvimento e os principais desafios da Medicina Tradicional Chinesa no Sistema Único de Saúde (SUS).

### **1.1.2 Objetivos específicos**

- a) Identificar e analisar evidências científicas sobre a eficácia e os benefícios da Medicina Tradicional Chinesa, com ênfase na acupuntura, no contexto da saúde pública brasileira;
- b) Descrever as formas de implementação da Medicina Tradicional Chinesa nos serviços públicos de saúde no Brasil, considerando aspectos regionais, estruturais, institucionais e profissionais;
- c) Analisar as percepções de profissionais de saúde e usuários do SUS acerca da utilização das práticas da Medicina Tradicional Chinesa;
- d) Apontar os principais desafios, limitações e perspectivas para a consolidação da Medicina Tradicional Chinesa como prática complementar no Sistema Único de Saúde.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo revisão integrativa da literatura, cujo objetivo foi reunir, analisar e sintetizar produções científicas e documentos oficiais relacionados à Medicina Tradicional Chinesa (MTC) no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse tipo de revisão permite a inclusão de estudos com diferentes delineamentos metodológicos, possibilitando uma compreensão ampliada sobre a temática investigada.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no período de janeiro a março

de 2025. Foram utilizados os seguintes descritores, combinados por meio do operador booleano *AND*: Medicina Tradicional Chinesa; Acupuntura; Sistema Único de Saúde; Saúde Pública. As combinações incluíram: medicina tradicional chinesa *AND* sistema único de saúde; medicina tradicional chinesa *AND* saúde pública; acupuntura *AND* sistema único de saúde; acupuntura *AND* saúde pública.

Como critérios de inclusão, foram considerados: (a) artigos científicos disponíveis na íntegra; (b) publicações em língua portuguesa; (c) estudos publicados no período de 2006 a 2025, correspondente à criação e ao desenvolvimento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC); e (d) artigos que abordassem a Medicina Tradicional Chinesa ou a acupuntura no contexto do SUS.

Foram adotados como critérios de exclusão: (a) estudos desenvolvidos exclusivamente em contextos privados ou fora do Sistema Único de Saúde; (b) publicações que não apresentassem relação com os objetivos da pesquisa; (c) trabalhos no formato de monografias, dissertações, teses, editoriais ou notas técnicas; (d) duplicatas; e (e) artigos com acesso restrito.

O processo de seleção dos estudos ocorreu em três etapas. Inicialmente, procedeu-se à leitura dos títulos, seguida da leitura dos resumos, a fim de verificar a pertinência ao tema. Posteriormente, os artigos elegíveis foram lidos na íntegra para confirmação dos critérios de inclusão. Ao final desse processo, os estudos selecionados compuseram o corpus da análise.

A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e temática, a partir da leitura aprofundada dos artigos selecionados, permitindo a organização dos achados em eixos temáticos previamente definidos de acordo com os objetivos do estudo.

### 3. RESULTADOS

A partir das buscas realizadas nas bases de dados SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), foram inicialmente identificados 103 estudos, sendo 14 na SciELO e 89 na BVS. Após a exclusão de publicações que não se enquadravam no formato de artigo científico, bem como a remoção de duplicatas, procedeu-se à leitura dos

títulos e resumos para avaliação da pertinência ao tema e aos critérios de inclusão previamente estabelecidos.

Ao final desse processo, 39 artigos atenderam aos critérios de elegibilidade, sendo 9 provenientes da SciELO e 30 da BVS. Dentre esses, foram identificados 5 artigos duplicados entre as bases, resultando em uma amostra final de 33 artigos, os quais compuseram o corpus de análise deste estudo.

### **3.1. Dados gerais**

Os 33 artigos selecionados foram analisados quanto ao título, autoria, ano de publicação, local do estudo, tipo de delineamento metodológico e temática principal. Com o objetivo de sistematizar e facilitar a visualização dos dados, os resultados foram organizados em três tabelas: Tabela 1, referente à identificação dos estudos (título e autoria); Tabela 2, contendo o ano de publicação e o local de realização do estudo; e Tabela 3, que apresenta os aspectos metodológicos e os temas abordados.

Tabela 1 – Identificação dos artigos

Identificação dos artigos		
	Título	Autores
1	Como os gerentes percebem as dificuldades de implantação e implementação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Atenção Primária à Saúde?	ZAMBELLI, J.A.; SILVA, P.H.B.; POSSOBON, R.F.; OLIVEIRAM E.S.F.
2	Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: visão dos profissionais da Estratégia Saúde da Família	COUTINHO, M.L.; FLORIO, F.M.; SOUZA, L.Z.
3	Quem pode atuar com acupuntura no Brasil	MOCARZEL, R.; KORNIN, A.; TESSER, C.; FERREIRA, A.S.
4	Fatores associados à busca das(os) enfermeiras(os) pela formação em auriculoterapia: estudo transversal nacional	DALLEGRAVE, D.; WICKERT, D.C.; GONÇALVES, I.G.; SCHIMITH, M.D.; PIEXAK, D.R.
5	Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: a construção (in)completa da política em um município de grande porte no Brasil	ROCHA, I.R.; SENNA, M.I.B.; OLIVEIRA, J.S.; PAULA, J.S.
6	Mapeamento de práticas integrativas e complementares em saúde no SUS/PA, Brasil, 2022	GUALBERTO, E.M.L.S.; GOMES, R.S.L.C.S.
7	Práticas integrativas e complementares em saúde na atenção primária à saúde de Mossoró - RN	CARVALHO, A.M.S.; SILVA, H.R.; MARINHO, J.L.C.; FREIRE, G.M.; MARTINS, R.R.; BRITO, T.S.
8	A prática terapêutica do Tai Chi Chuan em um serviço de referência em práticas integrativas e complementares	CABRAL, M.E.; SILVA, G.; BEZERRA, A.; SOUSA, I.M.S.; GUIMARAES, M.B.
9	O processo regulatório do exercício da acupuntura no Brasil: dilemas e conflitos	KORNIN, A.; OLIVEIRA, W.F.
10	Distribuição espacial das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Atenção Básica no Brasil	SUMIYA, A.; SANTOS, K.E.; MACHUCA, L.; TAVARES, L.R.; MARCOS, V.M.; FARHAT, G.; CHECCHI, M.H.R.; TENANI, C.F.
11	Autocuidado autorreferido: contribuições da Medicina Clássica Chinesa para a Atenção Primária à Saúde	CONTATORE, O.A.; TESSER, C.D.; BARROS, N.F.
12	A acupuntura na percepção de indivíduos com hipertensão arterial atendidos em uma unidade de pronto atendimento	CHIAPETTI, B.A.C.; MARCA, A.P.; COMPARIN, K.A.
13	Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira	AGUIAR, J.; KANAN, L.A.; MASIERO, A.V.
14	Práticas integrativas e complementares - análise documental e o olhar de profissionais da saúde	SAVARIS, L.E.; BOGER, B.; SAVIAN, A.C.; JANSEN, A.S.; SILVA, M.Z.
15	Práticas integrativas e complementares na Rede de Atenção à Saúde pública do Distrito Federal - Brasil	LIMA, R.F.; CAETANO, G.S.
16	Práticas integrativas e complementares: avanços e desafios para a promoção da saúde de idosos	SANTOS, M.S.; AMARELLO, M.M.; VIGETA, S.M.G.; HORTA, A.L.M.; TANAKA, L.H.; SOUZA, K.M.J.
17	Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira	TESSER, C.D.; SOUSA, I.M.C.; NASCIMENTO, M.C.
18	Análise da oferta e produção de atendimento em acupuntura na atenção básica em Santa Catarina	LOSSO, L.N.; LOPES, S.S.
19	Práticas integrativas e complementares: conhecimento e credibilidade de profissionais do serviço público de saúde	GONTIJO, M.B.A.; NUNES, M.F.
20	Acupuntura no Sistema Único de Saúde - uma análise nos diferentes instrumentos de gestão.	SOUSA, L.A.; BARROS, N.F.; PIGARI, J.O.; BRAGHETTO, G.T.; KARPIUCK, L.B.; PEREIRA, M.J.B.
21	Automassagem sob a perspectiva da educação em saúde: análise e intervenção	BARBOSA, F.V.; BATISTA, A.N.; GALVÃO, M.G.M.; BARBOSA, E.C.H.; PAULO, G.P.

22	Avaliação do conhecimento e interesse em tratamento com Acupuntura na Odontologia pelos usuários do Sistema Único de Saúde dos municípios de Rio Claro e Cerquillo-SP	RUI,A.A.O.; FLORIAN,M.R.; GRILLO,C.M.; MEIRELLES,M.P.M.R.; SOUSA,M.L.R.
23	Experiência de pacientes com acupuntura no Sistema Único de Saúde em diferentes ambientes de cuidado e (des)medicalização social	SILVA,E.D.C.; TESSER,C.D.
24	Percepção de médicos e enfermeiros da estratégia de saúde da família sobre terapias complementares	THIAGO,S.C.S.; TESSER,C.D.
25	Acupuntura e Atenção Primária à Saúde: análise sobre necessidades de usuários e articulação da rede	DALLEGRAVE,D.; BOFF,C.; KREUTZ,J.A.
26	Medicina complementar e alternativa na rede básica de serviços de saúde: uma aproximação qualitativa	NAGAI,S.C.; QUEIROZ,M.S.
27	Atenção farmacêutica e práticas integrativas e complementares no SUS: conhecimento e aceitação por parte da população sãojoanense	MARQUES,L.A.M.; VALE,F.V.V.R.; NOGUEIRA,V.A.S.; MIALHE,F.L.; SILVA,L.C.
28	Acupuntura e promoção de saúde: possibilidades no serviço público de saúde	CINTRA,M.E.R.; FIGUEIREDO,R.
29	Enfermidades tratadas e tratáveis pela acupuntura segundo percepção de enfermeiras	KUREBAYASHI,L.F.S.; FREITAS,G.F.; OGUISSO,T.
30	Acupuntura no Sistema Único de Saúde e a inserção de profissionais não-médicos	SANTOS,F.A.S.; GOUVEIA,G.C.; MARTELLI,P.J.L.; VASCONCELOS,E.M.R.
31	Uma experiência de promoção de saúde baseada no Lian Gong na Supervisão Técnica de Saúde Ipiranga – Lian Gong como ação promotora de saúde, definida pela Carta de Ottawa	AGRESTA,M.A.; AZEVEDO,C.S.C.; JANUARIO,E.O.; KUROIWA,H.A.; PALOMBO,S.R.; SILVA,R.R.F.
32	Acupuntura, especialidade multidisciplinar: uma opção nos serviços públicos aplicada aos idosos	GOIS,A.L.B.
33	Conhecimento, acesso e aceitação das práticas integrativas e complementares em saúde por uma comunidade usuária do Sistema Único de Saúde na cidade de Tubarão/SC	FONTANELLA,F.; SPECK,F.P.; PIOVEZAN,A.P.; KULKAMP,I.C.

Tabela 2 – Informações complementares

Informações Complementares			
	Título resumido	Ano de Pu	Local da Pesquisa
1	Como os gerentes percebem as dificuldades de implantação e implementação das PICS na APS?	2024	GO
2	PICS em Saúde: visão dos profissionais da ESF	2024	MG
3	Quem pode atuar com acupuntura no Brasil	2024	Análise de literatura nacional e internacional
4	Fatores associados à busca das(os) enfermeiras(os) pela formação em auriculoterapia: estudo transversal nacional	2024	nacional
5	PICS: a construção (in)completa da política em um município de grande porte no Brasil	2023	MG
6	Mapeamento de PICS no SUS/PA, Brasil	2023	PA

7	PICS na atenção primária à saúde de Mossoró - RN	2023	RN
8	A prática terapêutica do Tai Chi Chuan em um serviço de referência em PICS	2023	PE
9	O processo regulatório do exercício da acupuntura no Brasil: dilemas e conflitos	2022	revisão nacional
10	Distribuição espacial das PICS na Atenção Básica no Brasil	2022	nacional
11	Autocuidado autorreferido: contribuições da MTC para a Atenção Primária à Saúde	2021	SP
12	A acupuntura na percepção de indivíduos com HA atendidos em uma UPA	2019	PR
13	PICS na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira	2019	revisão nacional
14	PICS- análise documental e o olhar de profissionais da saúde	2019	PR
15	PICS na Rede de Atenção à Saúde pública do Distrito Federal - Brasil	2019	DF
16	PICS: avanços e desafios para a promoção da saúde de idosos	2018	SP
17	PICS na Atenção Primária à Saúde brasileira	2018	revisão nacional
18	Análise da oferta e produção de atendimento em acupuntura na atenção básica em Santa Catarina	2017	SC
19	PICS: conhecimento e credibilidade de profissionais do serviço público de saúde	2017	GO e MG
20	Acupuntura no SUS - uma análise nos diferentes instrumentos de gestão.	2017	SP
21	Automassagem sob a perspectiva da educação em saúde: análise e intervenção	2014	DF
22	Avaliação do conhecimento e interesse em tratamento com Acupuntura na Odontologia pelos usuários do SUS dos municípios de Rio Claro e Cerquilha-SP	2013	SP
23	Experiência de pacientes com acupuntura no SUS em diferentes ambientes de cuidado e (des)medicalização social	2013	SC
24	Percepção de médicos e enfermeiros da estratégia de saúde da família sobre terapias complementares	2011	SC
25	Acupuntura e Atenção Primária à Saúde: análise sobre necessidades de usuários e articulação da rede	2011	RS
26	Medicina complementar e alternativa na rede básica de serviços de saúde: uma aproximação qualitativa	2011	SP
27	Atenção farmacêutica e PICS no SUS: conhecimento e aceitação por parte da população sãojoanense	2011	MG
28	Acupuntura e promoção de saúde: possibilidades no serviço público de saúde	2010	SP
29	Enfermidades tratadas e tratáveis pela acupuntura segundo percepção de enfermeiras	2009	SP
30	Acupuntura no Sistema Único de Saúde e a inserção de profissionais não-médicos	2009	nacional
31	Uma experiência de promoção de saúde baseada no Lian Gong na Supervisão Técnica de Saúde Ipiranga	2009	SP
32	Acupuntura, especialidade multidisciplinar: uma opção nos serviços públicos aplicada aos idosos	2007	RJ
33	Conhecimento, acesso e aceitação das PICS por uma comunidade usuária do SUS na cidade de Tubarão/SC	2007	SC

Tabela 3 – Aspectos metodológicos

Aspectos Metodológicos		
Título resumido	tipo de estudo	tema geral
Como os gerentes percebem as dificuldades de implantação e implementação das PICS na APS?	qualitativo	PICS no SUS
PICS em Saúde: visão dos profissionais da ESF	quantitativo	percepção dos profissionais sobre PICS/MTC
Quem pode atuar com acupuntura no Brasil	análise documental e de literatura científica	regulamentação e implementação da acupuntura
Fatores associados à busca das(os) enfermeiras(os) pela formação em auriculoterapia	quantitativo	percepção dos profissionais sobre PICS/MTC
PICS: a construção (in)completa da política em um município de grande porte no Brasil	análise documental	PICS no SUS
Mapeamento de PICS no SUS/PA, Brasil	análise documental e de literatura científica	PICS no SUS
PICS na atenção primária à saúde de Mossoró - RN	quantitativo	PICS no SUS
A prática terapêutica do Tai Chi Chuan em um serviço de referência em PICS	qualitativo	MTC no SUS
O processo regulatório do exercício da acupuntura no Brasil: dilemas e conflitos	análise documental	regulamentação e implementação da
Distribuição espacial das PICS na Atenção Básica no Brasil	análise documental	PICS no SUS
Autocuidado autorreferido: contribuições da MTC para a Atenção Primária à Saúde	qualitativo	MTC no SUS
A acupuntura na percepção de indivíduos com HA atendidos em uma UPA	qualitativo	percepção da população sobre PICS/MTC
PICS na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira	revisão bibliométrica	PICS no SUS
PICS- análise documental e o olhar de profissionais da saúde	análise documental e pesquisa quantitativa	PICS no SUS/ percepção de profissionais sobre
PICS na Rede de Atenção à Saúde pública do Distrito Federal - Brasil	análise documental	PICS no SUS
PICS: avanços e desafios para a promoção da saúde de idosos	qualitativo	PICS no SUS
PICS na Atenção Primária à Saúde brasileira	análise documental e de literatura científica	PICS no SUS
Análise da oferta e produção de atendimento em acupuntura na atenção básica em Santa Catarina	análise documental e pesquisa quantitativa	MTC no SUS

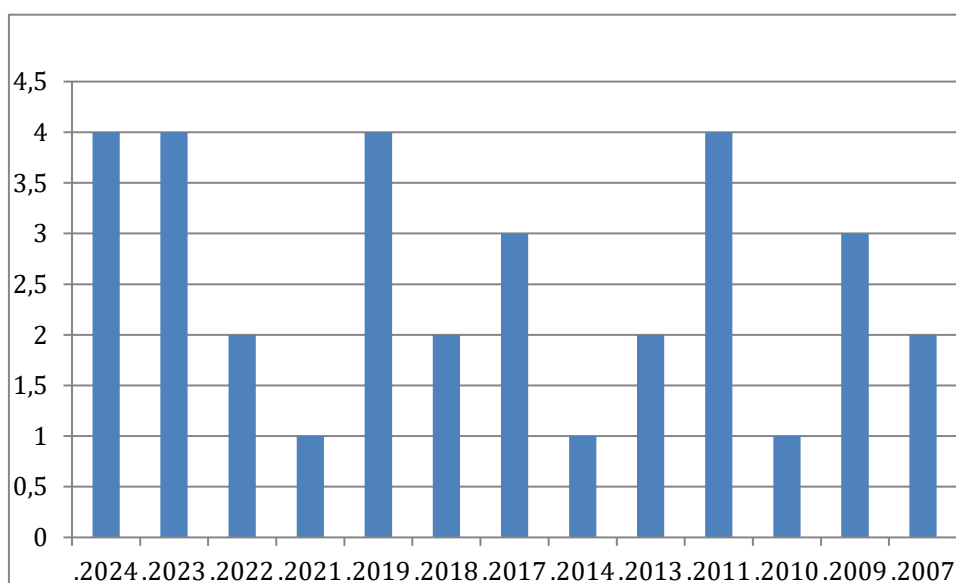
PICS: conhecimento e credibilidade de profissionais do serviço público de saúde	quantitativo	percepção dos profissionais sobre PICS/MTC
Acupuntura no SUS - uma análise nos diferentes instrumentos de gestão.	análise documental	regulamentação e implementação da acupuntura
Automassagem sob a perspectiva da educação em saúde: análise e intervenção	qualitativo	MTC no SUS
Avaliação do conhecimento e interesse em tratamento com Acupuntura na Odontologia pelos usuários do SUS dos municípios de Rio Claro e Cerquillo-SP	quantitativo	percepção da população sobre PICS/MTC
Experiência de pacientes com acupuntura no SUS em diferentes ambientes de cuidado e (des)medicalização social	qualitativo	percepção da população sobre PICS/MTC
Percepção de médicos e enfermeiros da estratégia de saúde da família sobre terapias complementares	quantitativo	percepção dos profissionais sobre PICS/MTC
Acupuntura e Atenção Primária à Saúde: análise sobre necessidades de usuários e articulação da rede	análise documental e pesquisa quantitativa	MTC no SUS
Medicina complementar e alternativa na rede básica de serviços de saúde: uma aproximação qualitativa	qualitativo	percepção dos profissionais sobre PICS/MTC
Atenção farmacêutica e PICS no SUS: conhecimento e aceitação por parte da população sãojoanense	qualitativo e quantitativo	percepção dos profissionais e da população sobre PICS/MTC
Acupuntura e promoção de saúde: possibilidades no serviço público de saúde	qualitativo	percepção dos profissionais e da população sobre PICS/MTC
Enfermidades tratadas e tratáveis pela acupuntura segundo percepção de enfermeiras	qualitativo	percepção dos profissionais sobre PICS/MTC
Acupuntura no Sistema Único de Saúde e a inserção de profissionais não-médicos	análise documental	regulamentação e implementação da acupuntura
Uma experiência de promoção de saúde baseada no Lian Gong na Supervisão Técnica de Saúde Ipiranga	qualitativo	MTC no SUS
Acupuntura, especialidade multidisciplinar: uma opção nos serviços públicos aplicada aos idosos	análise documental	MTC no SUS
Conhecimento, acesso e aceitação das PICS por uma comunidade usuária do SUS na cidade de Tubarão/SC	quantitativo	percepção da população sobre PICS/MTC

### 3.1.1 Distribuição temporal das publicações

A análise da distribuição temporal evidenciou um crescimento progressivo do interesse científico pelas Práticas Integrativas e Complementares e, especificamente, pela acupuntura e pela Medicina Tradicional Chinesa no contexto do SUS. Os anos de 2023 e 2024 concentraram o maior número de publicações, com quatro estudos em cada ano, indicando maior visibilidade recente do tema.

Picos anteriores de produção científica foram observados em 2019 e 2011, também com quatro artigos publicados em cada período. Entre 2007 e 2014, verificou-se menor volume de publicações, variando entre um e três artigos por ano, com predominância de estudos de abrangência nacional ou revisões, o que sugere menor consolidação acadêmica do tema nesse intervalo.

**Gráfico 1 – Distribuição temporal das publicações sobre acupuntura e Medicina Tradicional Chinesa no Sistema Único de Saúde, segundo ano de publicação (2007–2024)**



**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

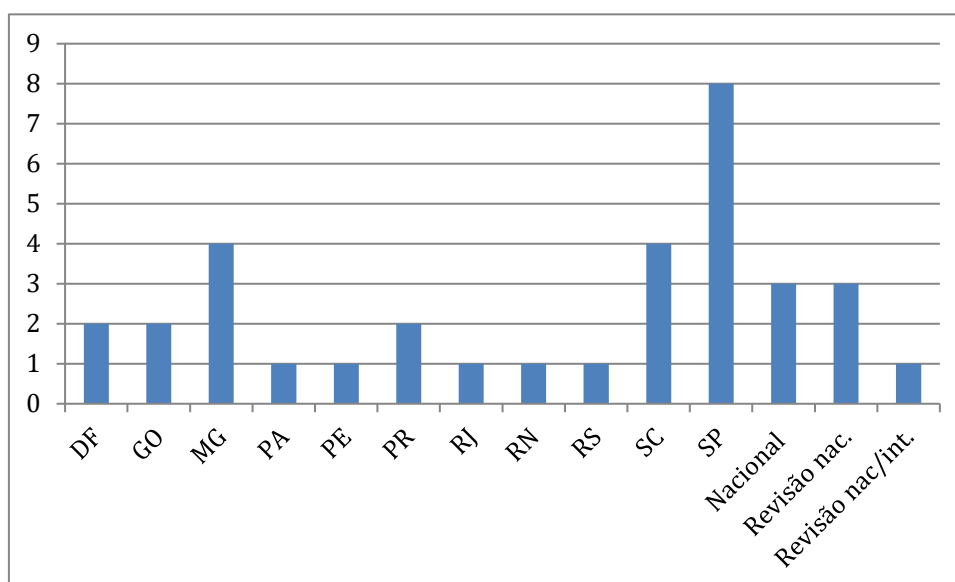
### 3.1.2 Distribuição geográfica dos estudos

Em relação à distribuição geográfica, observou-se concentração significativa de estudos no estado de São Paulo, com oito publicações, seguido por Minas Gerais e Santa Catarina, com quatro estudos cada. Essa concentração pode estar associada

à presença de polos consolidados de pesquisa, formação profissional e serviços estruturados de acupuntura nessas regiões.

Estados como Distrito Federal e Goiás apresentaram dois estudos cada, enquanto a maioria dos demais estados foi representada por apenas uma publicação, evidenciando desigualdades regionais na produção científica, aspecto também relatado por Sousa et al. (2012) e Barros et al. (2020). Esses achados corroboram dados do Ministério da Saúde, que indicam maior oferta de procedimentos em PICS na região Sudeste, seguida pelas regiões Nordeste e Sul (BRASIL, 2024).

**Gráfico 2 – Distribuição geográfica dos estudos incluídos na revisão integrativa sobre acupuntura e Medicina Tradicional Chinesa no Sistema Único de Saúde, segundo unidade federativa**



**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

### 3.1.3 Distribuição temática dos estudos

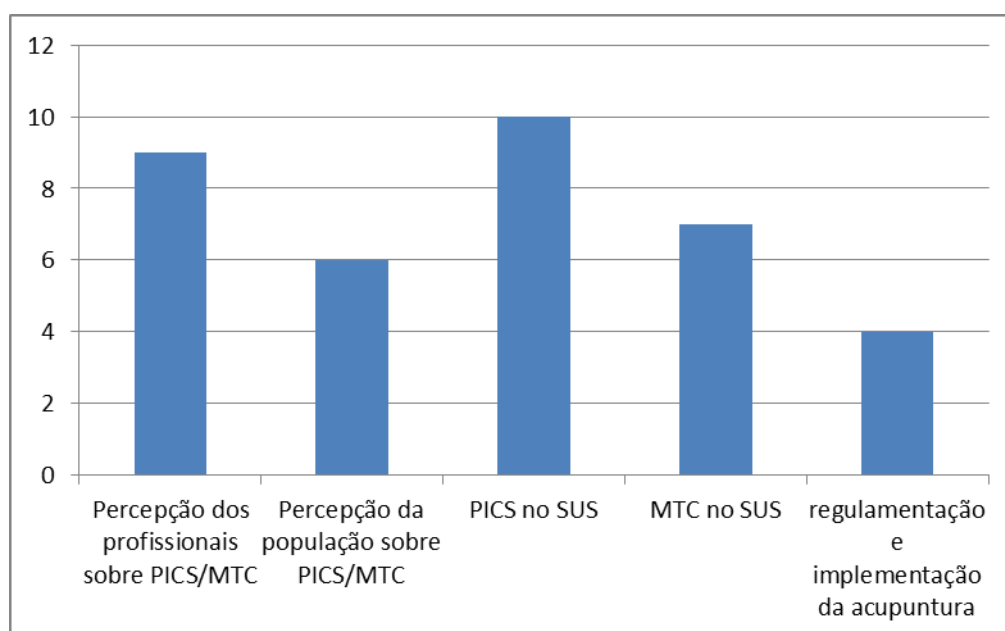
A análise dos artigos segundo o tema principal revelou maior concentração no eixo Práticas Integrativas e Complementares no SUS, com 10 estudos, nos quais as práticas da Medicina Tradicional Chinesa, especialmente a acupuntura, são abordadas de forma integrada ao conjunto das PICS.

O eixo referente à percepção dos profissionais de saúde foi contemplado em 9 artigos, enquanto 6 estudos abordaram a percepção dos usuários sobre as práticas

integrativas. Dois desses artigos investigaram simultaneamente a percepção de profissionais e usuários, sendo, portanto, contabilizados em ambos os eixos.

O eixo específico sobre a Medicina Tradicional Chinesa no SUS reuniu 7 estudos, que discutem a inserção, a abrangência e a operacionalização dessas práticas no sistema público, com destaque para a acupuntura, a auriculoterapia, o Tai Chi Chuan, o Lian Gong e a automassagem. Por fim, o eixo relacionado à regulamentação da acupuntura e da MTC no SUS foi o menos explorado, com 4 publicações, abordando aspectos legais, históricos e judiciais relacionados ao exercício profissional.

**Gráfico 3 – Distribuição temática dos estudos incluídos na revisão integrativa sobre acupuntura e Medicina Tradicional Chinesa no Sistema Único de Saúde, segundo eixos de análise**



**Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.**

### 3.1.4 Relação entre temas e período de publicação

Ao correlacionar os eixos temáticos com o ano de publicação, observou-se que os estudos voltados à percepção dos usuários concentraram-se majoritariamente entre 2007 e 2013, período correspondente à fase inicial de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.

Entre 2014 e 2018, houve predomínio de estudos voltados à implementação das PICS e da MTC no SUS, indicando um movimento de consolidação dessas práticas como política pública. Já no período de 2019 a 2024, manteve-se o interesse pelo tema, com ampliação dos estudos sobre percepção dos profissionais, possivelmente associada à expansão normativa da PNPIC e ao aprofundamento dos debates sobre regulamentação e prática profissional da acupuntura.

## 4 DISCUSSÃO

### 4.1 Regulamentação e Implementação da Acupuntura no SUS

Focando especificamente na prática da acupuntura no Sistema Único de Saúde, foi possível observar que a sua trajetória de regulamentação e implementação foi marcada por disputas históricas entre categorias profissionais, questionando a definição de quem está autorizado a exercer a prática e sob quais condições. Desde sua inserção no SUS, ainda na década de 1990, observa-se uma polarização entre dois campos discursivos: de um lado, a acupuntura médica, que a reivindica como ato privativo do médico; de outro, a acupuntura multiprofissional, defendida como patrimônio cultural da humanidade e de livre exercício por diferentes profissionais da saúde devidamente qualificados (NAGAI; QUEIROZ, 2011; MOCARZEL et al., 2024; KORNIN; OLIVEIRA, 2022).

A disputa se intensificou nos anos 2000 com um período de forte judicialização do exercício da acupuntura. Kornin e Oliveira (2022) destacam que, entre 2000 e 2012, autarquias médicas acionaram mecanismos jurídicos para monopolizar a prática, enquanto profissionais não médicos recorreram à via judicial para garantir o direito de atuação. Esse contexto ocorreu em paralelo às discussões da 12ª Conferência Nacional de Saúde (2003), que deliberou pela inclusão das medicinas tradicionais no SUS, resultando na publicação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) em 2006 (BRASIL, 2006). A partir desse marco, a acupuntura passou a ser reconhecida como prática multiprofissional no âmbito da política pública, o que favoreceu sua expansão no sistema (KORNIN; OLIVEIRA, 2022). Cabe destacar que, mesmo assim, as disputas judiciais persistiram, onde o Ministério da Saúde posicionou-se formalmente por meio de notas técnicas (BRASIL 2013, BRASIL 2018) reconhecendo a acupuntura como prática multiprofissional,

reforçando sua inserção no SUS.

O estudo de Nagai e Queiroz (2011) evidencia que, embora houvesse certa abertura entre profissionais não médicos para a prática multiprofissional, parte da categoria médica aceitava a acupuntura apenas sob supervisão médica, reforçando a perspectiva biomédica hegemônica.

Santos e colaboradores (2009) mostram, de forma concreta, os impactos da PNPIC na operacionalização da acupuntura no SUS. Até 2006, apenas consultas médicas em acupuntura eram registradas no SIA/SUS. Com a normatização da prática multiprofissional, pela PNPIC e a inclusão da acupuntura no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do SUS (SIGTAP), com associação a diferentes ocupações de saúde registradas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), consolidou a legitimidade da prática por múltiplos profissionais (MOCARZEL et al., 2024). Os resultados são vistos a partir de 2007, onde 28% das 391.048 consultas registradas foram realizadas por não médicos (SANTOS et al 2009). Esses dados revelam a consolidação da prática multiprofissional e o início de uma institucionalização mais ampla da acupuntura no SUS.

#### **4.2 Práticas Integrativas e Complementares (PICs) e Medicina Tradicional Chinesa (MTC) no SUS**

Neste eixo, foram incluídos os estudos que abordam as Práticas Integrativas e Complementares de modo geral, incluindo as práticas da Medicina Tradicional Chinesa, bem como os estudos que focam especificamente nas abordagens da Medicina Tradicional Chinesa. O foco das investigações vai desde a implementação e distribuição destas práticas, até relatos específicos quanto à estruturação de serviços ou a oferta de algumas práticas.

Alguns estudos (GUALBERTO, GOMES, 2023; SAVARIS et al, 2019; SOUZA et al, 2017) ilustram as limitações na implementação das PICS e das práticas de MTC nos serviços de saúde em diferentes estados, onde, apesar da percepção positiva dos profissionais de saúde quanto aos benefícios dessas práticas, poucos profissionais as utilizavam nos serviços de saúde, e muitos profissionais desconheciam a própria

PNPIC, demonstrando lacunas críticas na formação e no conhecimento institucional sobre a política. Assim, a distribuição geográfica das práticas da MTC no SUS apresenta desigualdades regionais. Estudos em Santa Catarina, Pará e São Paulo indicam que apenas uma parcela dos municípios oferece acupuntura, com predominância em grandes centros urbanos ou regiões litorâneas, e concentração da oferta em Unidades Básicas de Saúde (LOSSO; LOPES, 2017; GUALBERTO; GOMES, 2023). Ainda, quando as práticas de MTC são identificadas, os dados ainda são inexpressivos frente à demanda populacional (GUALBERTO, GOMES, 2023).

A acupuntura tem se mostrado a prática mais frequentemente ofertada dentro da MTC, sendo majoritariamente executada por médicos, embora haja relatos de fisioterapeutas e psicólogos acupunturistas em alguns estados, como Santa Catarina (LOSSO; LOPES, 2017). Estudos indicam que a procura ou a indicação do tratamento em acupuntura estão associadas principalmente a quadros de dor, sobretudo entre mulheres e idosos, refletindo a lógica biomédica na indicação de tratamento (DALLEGRAVE et al., 2011; SILVA; TESSER, 2013; GOIS, 2007). Apesar de a acupuntura gerar melhora significativa em sintomas dolorosos e favorecer a redução do uso de medicamentos (NAGAI; QUEIROZ, 2011), a compreensão e incorporação de outros elementos da MTC pelos pacientes ainda é limitada, restringindo o potencial da prática enquanto estratégia de cuidado integral (SILVA; TESSER, 2013).

Além da acupuntura, outras práticas corpo-mente da MTC têm sido implementadas com resultados promissores, sobretudo no contexto da atenção primária à saúde. A automassagem, inserida na rede pública de Brasília desde 1990, tem sido relatada como prática de fácil aprendizagem, baixa complexidade e alta efetividade, permitindo o empoderamento dos usuários e promovendo autonomia e compartilhamento de saberes em grupo (BARBOSA et al., 2014). Práticas corporais como Lian Gong e Tai Chi Chuan também demonstram benefícios expressivos, incluindo melhora do equilíbrio, força muscular, flexibilidade, redução do isolamento social e diminuição do uso de medicamentos anti-inflamatórios (AGRESTA et al., 2009; NAGAI; QUEIROZ, 2011; CABRAL et al., 2023; SANTOS et al., 2018).

### **4.3 Percepção de Profissionais e Usuários**

A análise dos estudos evidencia que a percepção dos profissionais de saúde

sobre a Medicina Tradicional Chinesa (MTC) e outras Práticas Integrativas e Complementares (PICS) no âmbito do SUS é, em geral, positiva e marcada por reconhecimento de benefícios terapêuticos e de promoção da saúde.

De forma recorrente, os profissionais associam estas práticas à integralidade do cuidado e ao fortalecimento do autocuidado, o que é compatível com os princípios do SUS (NAGAI; QUEIROZ, 2011; COUTINHO et al., 2024). A introdução das práticas de MTC foi vista como capaz de melhorar a qualidade de vida e promover autonomia dos usuários, onde as mesmas são relatadas como eficazes para o manejo da dor, ansiedade, estresse e doenças crônicas (NAGAI; QUEIROZ, 2011; KUREBAYASHI et al., 2009; CINTRA; FIGUEIREDO, 2010).

Contudo, a literatura também mostra que esta percepção positiva não é homogênea. Enquanto a maioria reconhece a relevância das práticas de MTC, parte dos profissionais (principalmente a categoria médica) ainda as associa a efeito placebo ou condiciona sua utilização a comprovações científicas mais robustas (THIAGO; TESSER, 2011). Essa visão revela tensões entre o paradigma biomédico e o enfoque ampliado de saúde que orienta a MTC, refletindo a necessidade de maior sensibilização e diálogo interdisciplinar.

Em termos de formação profissional, observa-se um paradoxo. Embora parte expressiva dos profissionais não tenha recebido capacitação específica sobre PICS ou MTC durante a graduação (COUTINHO et al., 2024; GONTIJO; NUNES, 2017), há elevado interesse em ampliar os conhecimentos, além de reconhecimento da necessidade de inclusão do tema nos currículos da saúde (THIAGO; TESSER, 2011; GONTIJO; NUNES, 2017). Essa lacuna formativa é um dos principais entraves para a ampliação da oferta, visto que, em alguns contextos, a aplicação das práticas está concentrada em enfermeiros ou em poucos profissionais habilitados (CARVALHO et al., 2023; DALLEGRAVE et al., 2024).

No que diz respeito à implementação prática, os estudos apontam que, apesar da aceitação e interesse dos profissionais (COUTINHO et al., 2024; CARVALHO et al., 2023), a presença das práticas de MTC na rotina das Unidades Básicas de Saúde ainda é limitada. Assim, mesmo onde há boa receptividade e demanda da população, a oferta continua restrita.

A percepção dos usuários do SUS acerca da Medicina Tradicional Chinesa (MTC) revela um cenário de avanços que vai deste o desconhecimento prévio, à época da instituição da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e da implantação dos primeiros serviços, até um maior contato, conhecimento e experiência com as práticas da MTC, gerando uma elevada aceitação e satisfação com os resultados. Os estudos mais antigos apontam que, apesar do desconhecimento dos usuários do SUS com a acupuntura e outras práticas da MTC, havia elevada aceitação diante da possibilidade de uso e apoio da sua oferta no SUS (FONTANELLA et al., 2007; MARQUES et al., 2011; RUI et al., 2013).

Pesquisas qualitativas mais recentes, que investigaram diretamente os usuários em tratamento, apontam uma percepção centrada nos benefícios concretos da acupuntura. Em São Paulo, Cintra e Figueiredo (2010) mostraram que os usuários relataram não só melhora clínica, mas também transformação no papel de paciente, que passou a ser sujeito ativo do cuidado, mantendo hábitos saudáveis mesmo após o término do tratamento. Da mesma forma, Silva e Tesser (2013), em Florianópolis, registraram relatos de melhora da dor, bem-estar emocional e redução do uso de medicamentos, mesmo em pacientes que chegaram ao serviço em estágios avançados de adoecimento e após insucesso de tratamentos convencionais. A experiência com a automassagem baseada na MTC, oferecida em grupos comunitários, demonstrou benefícios para afecções osteomusculares, hipertensão e sintomas emocionais, além de promover fortalecimento comunitário, autoestima e qualidade de vida (BARBOSA et al., 2014). Tais resultados reforçam a capacidade das práticas da MTC de articular dimensões físicas, emocionais e sociais do processo saúde-doença, em consonância com a integralidade do SUS.

Esses achados sugerem que, quanto maior a oportunidade de contato ou informação sobre a MTC, maior é a valorização atribuída pelos usuários. O reconhecimento dos benefícios vivenciados (CINTRA; FIGUEIREDO, 2010; SILVA; TESSER, 2013; BARBOSA et al., 2014) e o interesse mesmo entre aqueles que desconheciam previamente a prática (MARQUES et al., 2011; RUI et al., 2013) evidenciam uma demanda reprimida que poderia ser mais bem atendida com maior divulgação e fortalecimento da política nacional.

#### 4.4 Desafios Enfrentados

Apesar da criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) em 2006, que representou um marco importante para a inserção das Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no Sistema Único de Saúde (SUS), a implementação destas práticas, bem como das práticas da Medicina Tradicional Chinesa especificamente, ainda enfrenta inúmeros entraves estruturais, políticos, culturais e formativos no contexto da saúde pública.

Um dos principais obstáculos identificados refere-se à ausência de financiamento específico, já que a PNPIC foi aprovada sem um orçamento próprio ou mecanismo indutivo de financiamento por parte da União (TESSER & NASCIMENTO, 2018; ROCHA et al., 2023). Isso significa que as ações em PICs devem ser executadas com os mesmos recursos já destinados à atenção básica, gerando disputas internas por verbas e dificultando sua expansão (MOCARZEL et al., 2024).

Os estudos apontam, ainda, lacunas na infraestrutura e no apoio institucional, como a ausência de materiais, insumos básicos e espaços adequados para a realização das práticas (ZAMBELLI et al., 2024; CARVALHO et al., 2023). Em muitos municípios, há descontinuidade ou total interrupção dos serviços relacionados à MTC por falta de recursos ou apoio da gestão local. No caso de Goiânia, por exemplo, os próprios gestores relataram a sobrecarga de trabalho das equipes, combinada à falta de suporte financeiro por parte das Secretarias Municipais de Saúde (ZAMBELLI et al., 2024).

Outro desafio é a falta de formação adequada dos profissionais de saúde. Muitos deles desconhecem as diretrizes da PNPIC e não têm capacitação técnica para atuar com práticas da MTC, o que compromete diretamente a qualidade e a segurança da oferta (MOCARZEL et al., 2024; SUMIYA et al., 2022). A baixa oferta de cursos de formação continuada, aliada à ausência de processos de educação permanente e à falta de incentivo institucional para capacitação, são fatores que impedem o fortalecimento das práticas (SANTOS et al., 2018).

Por fim, a resistência cultural também se revela como uma barreira significativa. O preconceito, especialmente dentro da própria equipe de saúde — em especial por

parte de profissionais da categoria médica —, e o desconhecimento da população em geral dificultam a aceitação e o reconhecimento da legitimidade das PICS e da MTC como abordagens terapêuticas válidas no SUS (CABRAL et al., 2023; ZAMBELLI et al., 2024; LIMA & CAETANO, 2019). Tal resistência pode estar enraizada na hegemonia do modelo biomédico e na falta de estratégias de comunicação e divulgação das PICS como parte integrante do cuidado integral em saúde.

## **5. CONCLUSÃO**

Este estudo revelou um crescimento significativo no interesse científico e na implementação das Práticas Integrativas e Complementares (PICS), com ênfase na Medicina Tradicional Chinesa (MTC), dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) ao longo dos últimos anos. A análise dos artigos selecionados demonstrou a evolução e os desafios dessa inserção. Embora o interesse acadêmico e a receptividade profissional tenham aumentado, especialmente após a criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), muitos obstáculos ainda limitam sua plena implementação. No entanto, os benefícios reconhecidos por profissionais e usuários, como a melhora de sintomas dolorosos, a redução do uso de medicamentos e a promoção da saúde integral, indicam que, se esses desafios forem superados, as práticas de MTC têm um grande potencial para fortalecer a atenção primária à saúde no Brasil.

Assim, a continuidade das investigações sobre a Medicina Tradicional Chinesa no SUS, o aumento da capacitação profissional e a ampliação do financiamento são fundamentais para consolidar a presença da MTC no SUS, garantindo que mais pessoas tenham acesso ao tratamento e promovendo um modelo de saúde mais inclusivo e integral.

## **REFERENCIAS**

AGUIAR, J.; KANAN, L. A.; MASIERO, A. V. Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. *Saúde em Debate*, v. 43, n. 123, p. 1205–1218, out. 2019.

BARBOSA, F. V. et al. Automassagem sob a perspectiva da educação em saúde: análise e intervenção. *Revista de APS*, v. 17, n. 4, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 971/2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 849, de 27 de março de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CABRAL, M.E. et al. A prática terapêutica do Tai Chi Chuan em um serviço de referência em práticas integrativas e complementares. *Saude E Sociedade*, v. 32, n. 4, 1 jan. 2023.

CARVALHO, A. M. DE S. et al. Práticas integrativas e complementares em saúde na atenção primária à saúde de Mossoró – RN. *Revista Ciência Plural*, v. 9, n. 3, p. 1–21, 26 dez. 2023.

CHIAPETTI, B. A. C.; MARCA, A. P.; COMPARIN, K. A. A acupuntura na percepção de indivíduos com hipertensão arterial atendidos em uma unidade de pronto atendimento. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, v. 23, n. 1, 12 fev. 2019.

CINTRA, M. E. R.; FIGUEIREDO, R. Acupuntura e promoção de saúde: possibilidades no serviço público de saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 14, n. 32, p. 139–154, 1 mar. 2010.

CONTATORE, O. A.; TESSER, C. D.; BARROS, N. F. DE. Autocuidado autorreferido: contribuições da Medicina Clássica Chinesa para a Atenção Primária à Saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, 2021.

COUTINHO, M. L.; FLÓRIO, FLÁVIA MARTÃO; SOUZA,. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: visão dos profissionais da Estratégia Saúde da Família. *Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade (Online)*, p. e-4047, 2024.

DALLEGRAVE, D. et al. Fatores associados à busca das(os) enfermeiras(os) pela formação em auriculoterapia: estudo transversal nacional. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 58, 1 jan. 2024.

DALLEGRAVE, D.; BOFF, C.; KREUTZ, J.A. Acupuntura e Atenção Primária à Saúde: análise sobre necessidades de usuários e articulação da rede. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Fortaleza, v. 6, n. 21, p. 1-9, dez. 2011.

FONTANELLA, F. et al. Conhecimento, acesso e aceitação das práticas integrativas e complementares em saúde por uma comunidade usuária do Sistema Único de Saúde na cidade de Tubarão/SC. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-464650>>. Acesso em: 3 set. 2025.

GÓIS, A. L. B. DE. Acupuntura, especialidade multidisciplinar: uma opção nos serviços públicos aplicada aos idosos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 10, n. 1, p. 87–100, abr. 2007.

GONTIJO, M. B. A.; NUNES, M. F. Práticas integrativas e complementares: conhecimento e credibilidade de profissionais do serviço público de saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 15, n. 1, p. 301–320, 5 jan. 2017.

GUALBERTO, E.M.L.S.; GOMES, R.S.L.C.S. Mapeamento de práticas integrativas e complementares em saúde no SUS/PA, Brasil, 2022. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 6, nov/dez 2023.

KORNIN, A.; FERREIRA, W. O processo regulatório do exercício da acupuntura no Brasil: dilemas e conflitos. *Revista de Direito Sanitário*, v. 22, n. 2, p. e0024–e0024, 27 dez. 2022.

KUREBAYASHI, L. F. S.; FREITAS, G. F. DE; OGUISSO, T. Enfermidades tratadas e tratáveis pela acupuntura segundo percepção de enfermeiras. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 43, n. 4, p. 930–936, dez. 2009.

LIMA, R. F.; CAETANO, G. S. Práticas integrativas e complementares na Rede de Atenção à Saúde pública do Distrito Federal – Brasil. *Tempus (Brasília)*, p. 153–179, 2019.

LOSSO, L. N.; LOPES, S. S. Análise da oferta e produção de atendimento em acupuntura na atenção básica em Santa Catarina. *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, v. 11, n. 2, p. ág. 159–177, 2017.

MARQUES, L. A. M. et al. Atenção farmacêutica e práticas integrativas e complementares no SUS: conhecimento e aceitação por parte da população sãojoanense. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 21, p. 663–674, 2011.

MOCARZEL, R. et al. Quem pode atuar com acupuntura no Brasil? *Saúde e Sociedade*, v. 33, n. 2, 1 jan. 2024.

NAGAI, S. C.; QUEIROZ, M. DE S. Medicina complementar e alternativa na rede básica de serviços de saúde: uma aproximação qualitativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 3, p. 1793–1800, mar. 2011.

ROCHA, I.R. et al. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: a construção (in)completa da política em um município de grande porte no Brasil. *Saúde em Debate*, v. 47, n. 136, p. 110–125, 1 mar. 2023.

RUELA, L. O. et al. Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 4239-4250, 2019.

RUI, A.A. et al. Avaliação do conhecimento e interesse em tratamento com Acupuntura na Odontologia pelos usuários do Sistema Único de Saúde dos municípios de Rio Claro e Cerquilha. *J Health Sci Inst*, v. 31, n. 3, p. 24–30, 2013.

SANTOS, M. et al. Práticas integrativas e complementares: avanços e desafios para a promoção da saúde de idosos. *REME Revita Mineira de Enfermagem*, p. e-1125, 2018.

SANTOS, F. et al. Acupuntura no Sistema Único de Saúde e a inserção de profissionais não-médicos. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, v. 13, n. 4, p. 330–334, ago. 2009.

SAVARIS, L. E.; BOGER, B.; SAVIAN, A. C.; JANSEN, A. S.; SILVA, M. Z. Práticas integrativas e complementares: análise documental e o olhar de profissionais da saúde. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 34, n. 4, p. 1-9, dez. 2021.

SILVA, E. D. C. DA; TESSER, C. D. Experiência de pacientes com acupuntura no Sistema Único de Saúde em diferentes ambientes de cuidado e (des)medicalização social. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 29, n. 11, p. 2186–2196, nov. 2013.

SOUSA, L. A. DE et al. Acupuntura no Sistema Único de Saúde – uma análise nos diferentes instrumentos de gestão. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 301–310, 1 jan. 2017.

SOUSA, I. M. C et al. Práticas integrativas e complementares: oferta e produção de atendimentos no SUS e em municípios selecionados. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 11, p. 2143–2154, Nov. 2012.

SUMIYA, A. et al. Distribuição espacial das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Atenção Básica no Brasil. *Rev. bras. promoç. saúde (Online)*, p. 1–10, 2022.

TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C. DE; NASCIMENTO, M. C. DO. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira. *Saúde em Debate*, v. 42, n. spe1, p. 174–188, set. 2018.

THIAGO, S. DE C. S.; TESSER, C. D. Percepção de médicos e enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família sobre terapias complementares. *Revista de Saúde Pública*, v. 45, p. 249–257, 1 abr. 2011.

ZAMBELLI, J. DA C. et al. Como os gerentes percebem as dificuldades de implantação e implementação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Atenção Primária à Saúde? *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 34, 2024.

HAN, J. S. Acupuncture and endorphins. *Neuroscience Letters*, v. 361, n. 1–3, p. 258–261, 2004.

HUI, K. K. S. et al. Acupuncture modulates the limbic system and subcortical gray structures of the human brain: evidence from fMRI studies. *Human Brain Mapping*, v. 31, n. 4, p. 568–578, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Estratégia da OMS sobre medicina tradicional 2014–2023*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2013.

ZHANG, R. et al. Mechanisms of acupuncture–electroacupuncture on persistent pain. *Anesthesiology*, v. 120, n. 2, p. 482–503, 2012.

ZHAO, Z. Q. Neural mechanism underlying acupuncture analgesia. *Progress in Neurobiology*, v. 85, n. 4, p. 355–375, 2008.